

# A IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC NO IFPI: UM ESTUDO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

---

## **FERNANDA PEREIRA DA SILVA MOULIN**

Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Nove de Julho - UNINOVE, [fernandasilpe@email.com](mailto:fernandasilpe@email.com);

## **FRANCISCA DAS CHAGAS DA SILVA ALVES**

Mestre em Educação pelo Programa de Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares da Universidade de Pernambuco - UPE, [franciscadaschagasdasilvaalves@gmail.com](mailto:franciscadaschagasdasilvaalves@gmail.com);

## **RAQUELINE CASTRO DE SOUSA SAMPAIO**

Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância da Universidade Federal Rural do Pernambuco - UFRPE, [raquelinecastro@ifpi.edu.br](mailto:raquelinecastro@ifpi.edu.br).

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo investigar as mudanças trazidos pela implementação da Base Nacional Comum Curricular no curso Técnico Integrado em Administração do Instituto Federal do Piauí – IFPI. Neste viés, investigamos de que modo a BNCC tem modificado este curso. O estudo utilizou-se do tipo de pesquisa com abordagem qualitativa a partir de uma análise documental que utiliza como principais documentos os Projetos Pedagógicos (PPC) do curso de Administração antes e após a BNCC. As principais mudanças encontradas foi em relação a carga horária e arranjo das disciplinas em cada período letivo. Além disso, foi possível analisar que estas mudanças afetam de forma geral todos os aspectos da educação como o livro didático, a formação dos docentes e os currículos. Neste sentido se faz necessários posicionamentos críticos para que a Base não se torne o currículo, mas que sua implantação leve em conta a parte diversificada de modo que a educação e a prática docente não fique engessada.

**Palavras-chave:** Base Nacional Comum Curricular, Mudanças, Ensino Médio, Currículo.

## INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular tem se constituído como um documento “polêmico” em decorrência do modo como foi construído, aprovado e vem sendo implementado. Alvo de muitas críticas, estas não foram suficientes para barrá-la, mas ao contrário, passa a vigorar com força sobre a educação, como afirma Cássio, 2018, “A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é hoje o centro gravitacional das políticas do Ministério da Educação” (CASSIO, 2018, p. 01), modificando os currículos, instituições e toda uma cultura de trabalho das instituições educativas.

A partir das mudanças, o Ensino Médio, modalidade utilizada como recorte para este estudo, passa a ser composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, quais sejam: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; V – formação técnica e profissional (LDB, Art. 36; ênfases adicionadas). A redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017) dar de que,

A § 5º A carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular não poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do ensino médio, de acordo com a definição dos sistemas de ensino. (BRASIL, 2017)

Considerando os impactos trazidos por esta reestruturação do ensino, nosso foco volta-se para o Ensino Médio Integrado com o objetivo de investigar as nuances trazidos pela implementação da BNCC para esta modalidade, mais especificamente para o nosso campo experiencial com o curso de Administração.

A nossa inquietação parte da necessidade de compreender de que modo a Base Nacional Comum Curricular tem modificado este curso? Como estamos em início de implementação, visto que esta se deu em 2020, ainda é cedo para averiguar as perdas ou ganhos na aprendizagem e naquilo que foca a instituição: a permanência e êxito. A permanência zela pela continuidade do aluno na instituição e seu êxito refere-se a conclusão dos estudos em tempos e idade certa. Assim como preconizado em lei, o ensino deverá

ser ministrado com base nos princípios da I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; [...]”. A “ educação deve englobar os processos formativos e o ensino ser ministrado com base no princípio da vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais” (Lei n. 9.394, de 29/12/96, artigo 1º, parágrafos 2º e 3º, inciso XI).

Já estamos cientes que a BNCC desencadeará uma série de alterações, em virtude de sua natureza e intenções. Corroborando com a ideia que,

A BNCC é, antes e acima de tudo, uma política de centralização curricular. Define os objetivos de aprendizagem – eufemisticamente denominados “direitos de aprendizagem” – que devem orientar o trabalho pedagógico em todas as escolas brasileiras e em todas as etapas da educação básica (da educação infantil ao ensino médio). Obrigatória e com repercussão nacional a Base tem implicações diretas nas políticas estatais de compra e distribuição de materiais didáticos e de formação inicial e continuada de professores, além de influir nas (e de ser influenciada por) avaliações em larga escala (CÁSSIO, 2018, p.01)

É importante ressaltar que trata-se de um documento alicerçado na Lei 13. 415 de 2017, o que torna mais seguro todo este processo de mudanças. Assim, vamos nos preparando para as consequências destas ao longo dos anos. Resta-nos a inquietação e militância por uma melhoria na educação, que de fato seja inclusiva, dando tratamento isonômico às diversas camadas da população, “o que significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades” (NERY JUNIOR, 1999, p. 42).

Esta foi a grande justificativa utilizada para a criação de uma base comum para a educação básica. “Os implementadores da BNCC vendem a ideia de que é possível saber quais são os botões que, uma vez apertados, garantirão um futuro glorioso para a educação brasileira. Por suas veleidades de controle, a Base é uma tecnologia causal por excelência” (CÁSSIO, 2018, p.8). Questionamo-nos, entretanto, se é possível a aquisição deste feito, visto que os investimentos em educação tornam-se cada vez mais escassos, reforçando a cada dia a velha ideia de que educação no Brasil não é, e nunca foi, prioridade.

## METODOLOGIA

O estudo utilizou-se do tipo de pesquisa com abordagem qualitativa, assim escolhida por tratar-se de “uma abordagem que vem preencher as

lacunas do modelo positivista. Deste modo, adequa-se à análise dos fenômenos humanos e sociais, devido ao caráter subjetivista presente nas ações dos sujeitos (ALVES, 2018, p. 53).

Procedeu-se com a análise documental do Projeto Pedagógico dos Curso Técnico Integrado ao Médio em Administração, buscando verificar o modo como se estruturou a matriz curricular dos cursos referentes a base comum e a parte técnica com suas respectivas disciplinas. Como base documental, utilizamos os Projetos Pedagógicos de Cursos anteriores à implantação da Base e as suas reformulações pós BNCC, bem como o documento orientador da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio. A partir desta análise, foi realizado um comparativo entre aspectos como estrutura curricular, carga horária e avaliação.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os cursos Técnicos Integrados do Instituto Federal do Piauí tem por características a oferta, em seus currículos, de uma parte voltada para os conhecimentos gerais humanísticos e uma outra parte voltada para a formação técnica profissional. A ideia é a formação de um sujeito completo, distanciada desta dimensão de formação única e exclusiva para o mercado de trabalho. Ressaltamos que esta é a modalidade de oferta prioritária da instituição. “Como princípio em sua proposta político-pedagógica, o Instituto Federal do Piauí atua na oferta de educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio” (PDI, 2020, p. 39)

O ensino integrado é um avanço na perspectiva educacional brasileira pois lança aos sujeitos participantes de uma sociedade excludente e discriminatória a oportunidade de edificar-se enquanto cidadãos e ao mesmo tempo reedificar uma sociedade justa e integradora. É assim que se dá a formação *omnilateral*<sup>1</sup> do homem, sendo ele capaz de lutar pelos direitos individuais e sociais.

Portanto, numa sociedade contemporânea, a integração entre ensino médio e educação profissional é vista como uma prática educativa essencial ao desenvolvimento integral dos

1 Desenvolvimento dos aspectos ontológicos e históricos, uma formação com uma visão holística de sociedade.

estudantes, principalmente de suas características intelectuais, éticas, políticas e sociais (ANA, 2018, p. 69)

Em sua práxis, as dificuldades inerentes a prática docentes para uma integração se fazem presentes dentro das instituições que oferecem o ensino integrado. O caso dos IFPI não é diferente. Várias questões necessitam ser superadas para esta efetivação, desde a vontade do docente, os cursos de formação e até a própria instituição suas normativas e regulamentos.

## Estruturas curriculares

O curso de Administração na forma Integrada do Instituto Federal do Piauí apresenta como objetivo geral “oferecer a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para que o mesmo possa continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores possibilitando o prosseguimento de estudos, bem como, formar profissionais-cidadãos empreendedores, competentes, com conhecimentos técnicos, eticamente responsáveis e comprometidos com o bem estar da coletividade e que saibam associar a teoria à prática, fazendo uso das habilidades e atitudes compatíveis com a área de Gestão e Negócios” (PPC, 2015).

Tendo em vista o objetivo do curso, facilmente podemos verificar que ele transita entre o viés técnico, científico, se distanciando das características de ser mera formação de mão de obra. Ao contrário, os alunos são possibilitados a ir além, em busca de uma formação superior e prosseguimento nos estudos. Trata-se de um curso ofertado em grande parte dos *campi* do Instituto Federal do Piauí e com alta procura pelos alunos.

Imagem 1: Matriz do curso Técnico Integrado em Administração de 2015 a 2019.

Curso Técnico Integrado em Administração							IFPI	
Matriz Curricular								
ÁREA	DISCIPLINAS	1º ANO		2º ANO		3º ANO		CHT
		40 semanas		40 semanas		40 semanas		
		AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	
LINGUAGEM	Língua Portuguesa	4	120	4	120	4	120	360
	Arte	1	30	2	60			90
	Inglês	2	60	2	60	2	60	180
	Espanhol	1	30	1	30	1	30	90
	Educação Física	1	30	1	30	1	30	90
MATEMÁTICA	Matemática	4	120	4	120	4	120	360

CIÊNCIAS DA NATUREZA	Biologia	2	60	2	60	2	60	180	
	Física	2	60	2	60	2	60	180	
	Química	2	60	2	60	2	60	180	
CIÊNCIAS HUMANAS	História	2	60	2	60	2	60	180	
	Geografia	2	60	2	60	2	60	180	
	Filosofia	2	60	2	60	2	60	180	
	Sociologia	2	60	2	60	2	60	180	
GESTÃO E NEGÓCIOS	Ecoeficiência	2	60					60	
	Administração Geral	2	60					60	
	Aspectos Legais da Administração	2	60					60	
	Gestão de arquivo e documentação	2	60					60	
	Tópicos de Atuação Profissional	2	60					60	
	Organização Empresarial			2	60			60	
	Contabilidade Geral			2	60			60	
	Gestão de Pessoas			2	60			60	
	Logística de Materiais			2	60			60	
	Gestão de Marketing			2	60			60	
	Gestão da Inovação e Empreendedorismo					3	90	90	
	Administração da Produção					2	60	60	
	Tecnologia Aplicada a Administração					2	60	60	
	Administração de Vendas					2	60	60	
	TOTAL DE AULAS SEMANAIS		37		38		35		
	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO								3.300

Fonte: PPC

Ao analisar a matriz curricular anterior, em termos de carga horária total, podemos observar que, até 2019 o curso possuía uma carga horária total de 3.300 horas, distribuídas entre as disciplinas de eixo comum e as do eixo técnico. Ambas totalizavam 21 disciplinas distribuídas ao longo dos três anos de duração do curso. A carga horária das disciplinas variava entre 120 a 30 horas, nas quais as disciplinas que continham cargas horárias menores eram Educação Física e Inglês, com 30 horas respectivamente.

Fazendo um comparativo com a matriz atualizada pós implantação da base, é possível verificar as modificações. A carga horária total do curso foi reduzida de 3.300 para 3.100 horas, acarretando à formação dos alunos um *déficit* de 200 horas. O núcleo comum, que antes somava 2.400 horas, passou a vigorar com apenas 1800 horas. Em contrapartida, o núcleo técnico que antes contabilizava 870 horas, passa a ter 900, tendo um ganho de 30 horas. Embora não seja um tanto significativo, em relação a quantidade de carga horária, mas, implicitamente, podemos fazer o seguinte questionamento: estaria aí a intenção de suprimir cada vez mais a formação geral e humanística para dar enfoque à formação técnica?

Dentro do contexto da necropolítica que vivenciamos não podemos duvidar. Consideramos, a exemplo da última entrevista do Ministro da Educação Milton Ribeiro concedida a TV Brasil, na qual não hesita em demonstrar a sua visão de educação para quê e para quem. Claramente fazendo esta divisão entre formação superior para ricos e formação técnica para os pobres.

Portanto, é conveniente para este tipo de pensamento aquilo que Sueli Carneiro e Boaventura de Sousa Santos denomina de Epistemicídio.

O colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade (SANTOS; MENESES, 2010, p. 7)

Se até determinado momento foi possível avançar, no sentido de fazer vozes silenciadas adquirir um lugar de fala, as estruturas impostas fazem com que ocorra um retrocesso. Afinal, o conhecimento que pode dar essa autonomia a estes sujeitos, são retirados do currículo para dar lugar a uma formação de mão de obra que sirva ao mercado.

Imagem 2: Matriz do curso Técnico Integrado em Administração 2019 – Núcleo básico

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO															
40 SEMANAS															
NÚCLEO	ÁREA DE CONHECIMENTO	UNIDADE CURRICULAR	1 ANO		2 ANO		3 ANO		CH TOTAL ANUAL						
			1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE							
			CH	AS	CH	AS	CH	AS	CH	AS	CH	AS			
Básico (1800h)	Linguagens e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	60	3	60	3	60	3	60	3	60	3	360		
		Arte			40	2	40	2					80		
		Inglês	40	2			40	2					80		
		Espanhol			40	2	40	2					80		
		Educação Física	40	2			40	2					80		
	Matemática e suas Tecnologias	Matemática	60	3	60	3	60	3	60	3	60	3	360		
		Física			40	2			40	2	40	2	120		
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Biologia			40	2			40	2			80		
		Física			40	2	40	2					80		
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Química	40	2					40	2	40	2	120		
		História	40	2					20	1	40	2	100		
		Geografia	40	2					20	1	40	2	100		
		Filosofia	40	2			20	1					40	2	
		Sociologia			40	2	20	1					40	2	
	<b>TOTAL DO NÚCLEO</b>			<b>360</b>	<b>18</b>	<b>320</b>	<b>16</b>	<b>280</b>	<b>14</b>	<b>320</b>	<b>16</b>	<b>280</b>	<b>14</b>	<b>240</b>	<b>12</b>
Tecnológico (800h)	GESTÃO E NEGÓCIOS	Análise de Dados em Administração	60	3									60		
		Teorias e Fundamentos da Administração	60	3										60	
		Fundamentos e Noções de Mercado			60	3								60	
		Noções de Direito Público e Privado			60	4								60	
		Tecnologia Aplicada à Administração			60	3								60	
		Processos Gerenciais					40	2						40	
		Administração da Produção					60	3						60	
		Gestão de Marketing e Vendas					60	4						60	
		Custos, Processo e Operações contábeis							60	4				60	
		Gestão de Pessoas							60	4				60	
		Planejamento Estratégico Empresarial									40	2		40	
		Logística empresarial									60	3		60	
		Administração Financeira											60	3	60
		Empreendedorismo e Inovação											60	4	60
		<b>TOTAL DO NÚCLEO</b>			<b>120</b>	<b>6</b>	<b>200</b>	<b>7</b>	<b>180</b>	<b>9</b>	<b>160</b>	<b>8</b>	<b>100</b>	<b>5</b>	<b>140</b>
<b>TEMA</b>															
Integrador (180h)		Ética profissional e Cidadania	30	1	30	1								60	
		Ciência, Tecnologia e Sociedade e Trabalho			30	1	30	1						60	
		Gestão, Inovação Sust. e Empreendedorismo							30	1	30	1		60	
		<b>TOTAL DO NÚCLEO</b>	<b>30</b>	<b>1</b>	<b>30</b>	<b>1</b>	<b>30</b>	<b>1</b>	<b>30</b>	<b>1</b>	<b>30</b>	<b>1</b>	<b>30</b>	<b>1</b>	<b>180</b>
Complementar (220h)		Complementar I			30	2								30	
		Complementar II			30	2								30	
		Complementar III					30	2			30	2		30	
		Complementar IV											40	2	40
		<b>TOTAL DO NÚCLEO</b>			<b>60</b>	<b>4</b>	<b>60</b>	<b>4</b>	<b>60</b>	<b>4</b>	<b>60</b>	<b>4</b>	<b>40</b>	<b>2</b>	<b>220</b>
<b>TOTAL DE CARGA HORÁRIA DA FORMAÇÃO TÉCNICA INTEGRADA</b>			<b>510</b>		<b>550</b>		<b>550</b>		<b>570</b>		<b>470</b>		<b>450</b>		

Fonte: PPC



Atentamente observamos que, neste novo arranjo, as disciplinas que tiveram perda maior foram as da área do conhecimento de Ciências humanas: História, Geografia, Filosofia e Sociologia, que tiveram uma perda de 80 horas nas suas cargas horárias. Vale ainda ressaltar que são disciplinas que possibilitam um conhecimento geral humanístico e reflexivo.

O núcleo tecnológico, que corresponde às disciplinas técnicas do curso, realiza uma formação focada no mundo do trabalho. São disciplinas que orientam métodos, técnicas, ferramentas e outros elementos das tecnologias relativas aos cursos. Refere-se às unidades curriculares específicas da formação profissional, identificadas a partir do perfil do egresso que instrumentalizam: domínios intelectuais das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso; fundamentos instrumentais de cada habilitação; e fundamentos que contemplam as atribuições funcionais previstas nas legislações específicas referentes à formação profissional (PPC, 2019, p. 15).

Além deste, o PPC complementa sua matriz com as disciplinas de núcleo integrador e complementar. A ideia do núcleo integrador é fazer uma integração entre as disciplinas de base comum e as de base técnica.

Imagem 3: Matriz do curso Técnico Integrado em Administração 2019 – Núcleo Integrador e Complementar

		TEMA												
Integrador (180h)	Ética profissional e Cidadania	30	1	30	1									60
	Ciência, Tecnologia e Sociedade e Trabalho	30	1	30	1									60
	Gestão, Inovação Sust. e Empreendedorismo					30	1	30	1	30	1	30	1	60
	<b>TOTAL DO NÚCLEO</b>	<b>30</b>	<b>1</b>	<b>30</b>	<b>1</b>	<b>30</b>	<b>1</b>	<b>30</b>	<b>1</b>	<b>30</b>	<b>1</b>	<b>30</b>	<b>1</b>	<b>180</b>
Complementar (220h)	Complementar I					30	2							30
	Complementar II					30	2							30
	Complementar III							30	2					30
	Complementar IV									30	2			30
	<b>TOTAL DO NÚCLEO</b>					<b>60</b>	<b>4</b>	<b>60</b>	<b>4</b>	<b>60</b>	<b>4</b>	<b>40</b>	<b>2</b>	<b>220</b>
<b>TOTAL DE CARGA HORÁRIA DA FORMAÇÃO TÉCNICA INTEGRADA</b>		<b>510</b>		<b>550</b>		<b>550</b>		<b>570</b>		<b>470</b>		<b>400</b>		<b>3100</b>

Fonte: PPC 2019

“Tem o objetivo de ser o elo comum entre o Núcleo Tecnológico e o Núcleo Básico, criando espaços contínuos durante o itinerário formativo para garantir formas de interação e articulação entre os diferentes campos de saberes específicos” (PPC, 2019, p. 15). Já o núcleo complementar refere-se a parte diversificada do currículo, com uma carga horária de 220 horas, que tem o objetivo de complementar competências eletivas dos alunos, tendo ainda um acréscimo de 40 horas que se destinam às disciplinas de Língua Portuguesa, línguas estrangeiras e libras (PPC, 2019).

É interessante observar que, na organização dos núcleos há uma preocupação em garantir uma integração dos conhecimentos visando “assegurar na organização curricular espaço de intersecção dos conhecimentos da formação geral, da formação profissional e da formação complementar” (PPC, 2019, p. 16). No entanto, também observamos um enfoque maior em algumas áreas em detrimento de outras, o núcleo integrador, a exemplo, possui uma carga horária pequena, o que pode ser insuficiente para garantir uma integração entre os diferentes saberes. Ademais, o enfoque em algumas áreas do conhecimento denota um distanciamento da perspectiva de formação humana integral, aspecto que orienta e fundamenta o ensino médio integrado ofertado pela rede federal de educação profissional.

Com a redução da carga horária das disciplinas, foi necessário modificar também a forma de oferta, que antes era anual, passou a ser modular e semestral. Ou seja, os alunos que antes passavam o ano inteiro estudando os conteúdos das disciplinas, passaram a ficar um semestre inteiro, ou mais, sem ter contato com elas. Mudanças como estas têm implicação direta no rendimento dos discentes em exames como o ENEM. Além disso, esta forma de oferta gera implicações para os docentes. Em determinado semestre ficam abarrotados de carga horária e em outros necessitam fazer um verdadeiro “jogo de cintura” para fechá-la.

A implicação da BNCC nos livros didáticos parece ser um outro dilema a ser enfrentado. Antes, disciplinas que vinham de modo separado em seus respectivos livros, agora passam a vir em um volume único, com conteúdos que, quando não suprimidos, apresentam-se de forma resumida e superficial.

O livro didático tem sido, desde o século XIX, o principal instrumento de trabalho de professores e alunos, sendo utilizado nas mais variadas salas de aula e condições pedagógicas, servindo como mediador entre a proposta oficial do poder expressa nos programas curriculares e o conhecimento escolar ensinado pelo professor ((BITTENCOURT, 2010, p. 72)

Embora a questão do livro didático não seja algo causado pelas modificações no PPC do curso de Administração, contribui para acentuar o caráter de formação aligeirada, o qual nota-se orientar à BNCC. Desse modo, as mudanças ocorridas na organização do livro didático servem como mecanismo de apoio à implantação da BNCC e confirmam suas reais intenções que se distanciam de promover uma formação integral de qualidade numa perspectiva ampla.

No edital do PNLD 2020, por exemplo, as coleções didáticas voltadas aos anos finais do Ensino Fundamental que “não contribuirão adequadamente para o desenvolvimento de todas as competências gerais e específicas das áreas de conhecimento, constantes na BNCC” (Brasil, 2018) serão excluídas das escolas brasileiras durante pelo menos quatro anos. E, a partir do PNLD de 2021 (Brasil, 2019), os livros didáticos de Geografia deixam de existir nesse nível de ensino, passando a integrar parte de um conjunto de materiais de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, divididos em uma obra didática contendo “projetos integradores” e uma coleção de seis livros (VITELLO, 2021, p. 17)

Observamos nitidamente que, com este formato, os prejuízos em relação a conteúdos são evidentes. Sabemos que, o livro não é currículo, mas as escolas brasileiras infelizmente não estão preparadas para elaborar muitas vezes seus próprios currículos levando em consideração a parte diversificada trazida pela LDB e BNCC. É comum vermos escolas que tem seu projeto pedagógico engavetado, muitas vezes construído de forma unilateral, tornando-se apenas um documento “sem valor” que não é consultado ou revisado.

## Avaliação

Mediante as modificações impostas pela estrutura das disciplinas e suas cargas horárias, se faz necessário lançar um olhar acerca dos conhecimentos e habilidades que determina para cada área do conhecimento, a este conjunto o documento denomina de “aprendizagens essenciais”. [...] “as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento”. (BNCC, 2017, p. 08) As intenções trazidas pela BNCC a respeito do que os alunos devem aprender para desenvolver tais competências nos sugerem um direcionamento das práticas pedagógicas e avaliativas para a preparação dos alunos para os exames de larga escala. O próprio texto enfatiza estes aspectos:

Além disso, desde as décadas finais do século XX e ao longo deste início do século XXI, o foco no desenvolvimento de competências tem orientado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros e diferentes países na construção de seus currículos. É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o

Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês), e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, na sigla em inglês), que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE, na sigla em espanhol). (BNCC, 2017, 08)

É visível a intenção de ajustar as “competências” da educação aos interesses do capital, daqueles setores mais ricos da sociedade. Em virtude disso, este interesse em interferir nos currículos educacionais ajustando as suas necessidades. Colocando-se, portanto, em evidência no documento o foco em competências em vez de conhecimentos, engessando assim o processo de ensino e aprendizagem.

### Outras questões surgem

Com a implantação de um novo currículo, a partir da orientação da BNCC, vemos surgindo novos problemas. Podemos mencionar, por exemplo, o modo como ela foi implantada no IFPI. Não foi fornecida formação necessária para que a instituição pudesse estar bem orientada neste processo. Isso gerou uma grande dificuldade em relação a organização e adaptação das normativas da instituição ao novo currículo. O fato, por exemplo de uma transformação de disciplinas que antes eram anuais e agora passam a ser semestrais, dificulta no processo de gestão destas disciplinas.

A redução da carga horária de componentes curriculares como Filosofia, Educação Física, Artes e Sociologia, prejudicam esta concepção de formação integral. Sabemos que tratam-se de disciplinas que se lançam com uma proposta de problematização da realidade e consequente de emancipação do homem a partir da problematização da sua realidade, “Para a educação problematizadora, enquanto um que fazer humanista e libertador, o importante está, em que os homens submetidos à dominação, lutem por sua emancipação” (FREIRE, 1968, p.49). A sobreposição de competências a uma formação integral compromete o desenvolvimento de uma formação crítica para a cidadania.

Em relação a formação dos professores, à luz da Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares para a formação continuada de professores orientada pela BNCC, preconiza, em seu artigo 3º que

As competências profissionais indicadas na BNCC-Formação Continuada, considerando que é exigido do professor sólido conhecimento dos saberes constituídos, das metodologias de ensino, dos processos de aprendizagem e da produção cultural local e global, objetivando propiciar o pleno desenvolvimento dos educandos, têm três dimensões que são fundamentais e, de modo interdependente, se integram e se complementam na ação docente no âmbito da Educação Básica: I - conhecimento profissional; II - prática profissional; e III - engajamento profissional (BRASIL, 2020)

Observamos que, a resolução não faz menção a uma formação humanística, mas foca em dimensões como conhecimento e prática profissional e a terceira dimensão que diz respeito ao engajamento profissional. Nesta condição, coloca como inteiro responsável pelo sucesso na educação, o engajamento dos educadores, disconsiderando a dimensão humana e as condições dadas para que este profissional seja capaz de formar-se e exercer suas atividades.

Em meio a esta realidade, surgem o questionamentos: ABNCC não se tornará um “currículo” por si só e esta parte diversificada não ficará desprezada? Como as escolas estão sendo preparadas para receber a BNCC? Com uma visão crítica e construtivista ou com uma visão romantizada de que a unificação de um currículo para o país é a panacéia para os problemas existentes na educação? No cenário da educação técnica integrada, mais questões a serem elucidadas:

Frente às reflexões que a história da criação dos Institutos Federais nos permite, nos vemos em um caminho obscuro, sem saber os rumos e os impactos que a BNCC pode trazer ao ensino profissional, sobretudo ao ensino médio integrado. Restam-nos indagações tais como: que currículo teremos? Diante das possibilidades que estão nos sendo impostas, podemos vislumbrar um futuro para o Ensino Médio Integrado dos Institutos Federais? Quais impactos na proposta de verticalização do ensino técnico e tecnológico? (ZITZKE, 2020, p.06)

A nossa visão deve partir de um viés crítico, sempre disponíveis a “desconfiar”, ela deve partir do contexto, buscar ver além do que está sendo mostrado. Deste modo, averiguar a quem serve esta educação que nos é imposta. Por fim, ser sempre resistência. Coadunamos com o pensamento de “Se a opção de agora for empreender uma luta aberta contra a BNCC, a

certeza é de que ela será muito mais dura do que há 20 anos quando lutávamos contra os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNS. Mas é preciso começar por algum lugar. Quando me perguntam o que fazer para lutar contra a Base, tenho respondido sem pestanejar: vamos começar defendendo as escolas e a nossa profissão” (CÁSSIO, 2018, p. 15).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, podemos considerar que o Projeto Pedagógico do Curso de Administração do IFPI passou por muitas mudanças para se adequar a proposta da BNCC. Embora ainda seja cedo para constatar os reais impactos que isso causará, sobretudo na questão central que é a formação dos estudantes, já é possível, e necessário, problematizar a situação.

No que se refere a carga horária das disciplinas, observou-se uma redução, principalmente no que concerne à formação humana, e aumento da carga horária da formação técnica, o que evidencia claramente a intenção de priorizar a formação técnica, direcionada ao mercado de trabalho, em detrimento da formação humana e integral.

De um modo geral, ressaltamos que, a grande preocupação dos gestores públicos com os problemas educacionais, aos quais a BNCC se sobrepõe, inicialmente deveriam estar voltados para questões prioritárias como: infraestrutura, material didático, formação de professores, fechamento de escolas. Com todos estes problemas, questionamo-nos para reflexão inicial: Porque focar no currículo? O foco está no currículo porque não existe currículo neutro, ao contrário, ele envolve valores e ideologias que definem visões de mundo, formas de compreendê-lo e com ele estabelecer relações.

Por esta razão, cabe-nos sempre fazer indagações, movimentos de resistência de modo a questionar o modelo de educação que é estruturado na BNCC. É este movimento que possibilita as modificações de estruturas montadas que desfavorecem grupos sociais minoritários. Aqui desejamos ser instrumentos de questionamentos evidenciando valores que são colocados ou não e quais as perspectivas que a BNCC trás para melhoria de vida e continuidade das lutas por direitos à educação.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Francisca das Chagas da Silva. **Educação Escolar Quilombola: Vivências e experiências na comunidade Contente**. 2018. 233fls. Dissertação (Mestrado

em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares) -Universidade de Pernambuco, Petrolina, 2018.

ANA, Wallace Pereira Sant; DA SILVA, Hugo Barros; LEMOS, Glen César. **Ensino médio integrado à educação profissional: algumas concepções**. Tecnia, v. 3, n. 1, p. 66-87, 2018.

BITTENCOURT, C. M. F. Livros didáticos entre textos e imagens. *In*: BITTENCOURT, C. (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 69-90.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm).

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 1**, de 27 de outubro de 2020. Brasília , 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-27-de-outubro-de-2020-285609724>Acesso em 15 de setembro de 2021.

CÁSSIO, Fernando L. Base Nacional Comum Curricular: ponto de saturação e retrocesso na educação. **Retratos da Escola**, v. 12, n. 23, p. 239-254, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 1968.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS PAULISTANA. **Projeto Político Pedagógico de Administração – PPP**, 2019

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS PAULISTANA. **Projeto Político Pedagógico de Administração – PPP**, 2015.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020-2024**: construindo para o futuro. Teresina, IFPI, 2020. 264fls.

JÚNIOR, Nelson Nery. **Princípios do processo civil na Constituição Federal**. Editora Revista dos Tribunais, 1999.

SANTOS, S. Boaventura. **Pela Mão de Alice**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

VITIELLO, Márcio Abondanza; CACETE, Núria Hanglei. Currículo, poder e a política do livro didático de geografia no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, 2021.

ZITZKE, Viviane Aquino; DE TUNES PINTO, Elisane Ortiz. A BNCC e os impactos no currículo do Ensino Médio Integrado. **Revista Thema**, v. 17, n. 2, p. 407-416, 2020.